



Invertir en la población rural

Republica Federativa do Brasil

Projeto de Articulação e diálogo sobre políticas
para reduzir a pobreza e desigualdade no
Nordeste Semiárido – Projeto Dom Helder
Câmara (segunda fase)

Tipo de informe: Relatório de supervisão

Informe No.: 3964-BR

Fecha: Novembro 2015



Invertir en la población rural

Republica Federativa do Brasil

Projeto de Articulação e diálogo sobre políticas para reduzir a pobreza e desigualdade no Nordeste Semiárido – Projeto Dom Helder Câmara (segunda fase)

Relatório de supervisão

Relatório principal y apêndices

Datas da Missão: 10-16 Novembro 2015
Data do documento: Novembro 2015
N.º do projecto: 1620-BR
N.º do relatório: 3964-BR

Divisão da América Latina e Caribe
Departamento de Administração de Programas

Índice

A.	Introdução	2
B.	Avaliação geral da implementação do projeto	2
C.	Produtos e resultados imediatos	3
D.	Progresso na implementação do Projeto	4
E.	Aspectos financeiros	9
F.	Conclusões	11

Apêndices

Apêndice 1:	Summary of project status and ratings	13
Apêndice 2:	Marco lógico actualizado: progresos alcanzados respecto de los objetivos, efectos directos y productos	16
Apêndice 3:	Summary of key actions to be taken within agreed timeframes	21
Apêndice 4:	Progresos físicos medidos respecto del POA, con inclusión de los indicadores del RIMS	22
Apêndice 5:	Aspectos financeiros: execução financeira efetiva, por financiador e componente, e desembolsos por categoria	25
Apêndice 6:	Cumprimento das cláusulas legais: estado de implementação em 13/11/2015	32

Memorando

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA) / SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL (SDT)
FUNDO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA (FIDA)**

Projeto de Articulação e diálogo sobre políticas para reduzir a pobreza e desigualdade no Nordeste Semiárido – Projeto Dom Helder Câmara (segunda fase)

EMPRÉSTIMOS 2000000436 E 2000000437

MISSÃO DE SUPERVISÃO, 10 A 16 DE NOVEMBRO DE 2015

A. Introdução

1. Este Memorando apresenta um resumo das principais conclusões da Missão de Supervisão¹ do Projeto Dom Helder Câmara II (PDHC II) e detalha acordos sobre as medidas e ações necessárias para melhorar a execução e os resultados do Projeto. A Missão teve três momentos de consultas: a Missão principal permaneceu em Recife (PE), sede da Unidade Gestora do Projeto (UGP), entre os dias 10 e 16 de novembro, e manteve reuniões com o Coordenador do Projeto, Sr. Espedito Rufino, e com o Gerente Administrativo do Projeto, Sr. Geraldo Firmino; no dia 11 de novembro em Brasília, houve uma reunião com o Secretário de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Sr. Humberto Oliveira; e no dia 24 de novembro em Salvador (BA) no Escritório do FIDA no Brasil, houve a discussão, finalização e assinatura do presente Memorando com a presença do Secretário da SDT e o Diretor do Projeto.
2. Durante a permanência em Recife, a Missão também teve a oportunidade de se reunir com o Assessor da Diretoria de Política Agrária da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Pernambuco (FETAPE), Sr. Aglailson Paixão, já que a FETAPE está executando um dos convênios firmados pelo Projeto, e o Sr. Nielsen Christianni, técnico contratado pela FETAPE no marco desse convênio.
3. A equipe de supervisão agradece o apoio recebido pela SDT/MDA e pela UGP do Projeto durante a realização da Missão.

B. Avaliação geral da implementação do projeto

4. A execução do PDHC II tem avançado de forma muito lenta e apresenta entraves significativos para uma execução conforme aos objetivos, metas e tempos previstos no desenho e no Acordo de Empréstimo, o que constitui uma preocupação para o FIDA. O Acordo de Empréstimo foi assinado em 11 de agosto de 2014, sendo a data de efetividade 22 de agosto do mesmo ano, sendo que o Projeto se encontra próximo de finalizar o primeiro trimestre do segundo ano de implementação, dos seis anos previstos. Até o momento atual, foi realizado um desembolso do empréstimos de cada um dos financiamentos (FIDA e FIDA/Fundo Espanhol) por um valor total equivalente a USD 1,87 milhões, perfazendo esses desembolsos 14,1% do total do financiamento

¹ A Missão de Supervisão do FIDA foi composta por Paolo Silveri (Gerente de Programas para o Brasil), Hardi Vieira (Oficial de Programas para o Brasil), Leonardo Bichara Rocha (Oficial de Programas para o Brasil), Octavio Damiani (Especialista em Desenvolvimento Rural), Danilo Pisani (Especialista em Gerenciamento Financeiro), Emmanuel Bayle (Especialista em Sistemas Produtivos), Pablo Sidersky (Especialista em Desenvolvimento de Capacidades), e Rodica Weitzman (Especialista em Focalização).

com recursos do FIDA e 11,4% do financiamento com recursos do FIDA/Fundo Espanhol. Porém, até agora não foram executados recursos dos empréstimos. A execução financeira utilizou somente recursos de contrapartida e tem sido muito baixa, alcançando USD 959.000, que representam aproximadamente 1,6% do orçamento do Projeto incluído no Acordo de Empréstimo. Considerando o orçamento previsto no desenho do Projeto, que inclui outras fontes de financiamento, e sobre o qual baseiam-se as metas do Projeto e sua cobertura territorial, a execução financeira global é inferior a 0,8% do total.

5. Após a assinatura do Acordo de Empréstimo, foi criada a Unidade de Gestão do Projeto (UGP) no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Porém, a UGP se encontra constituída somente pelo Diretor do Projeto e pelo Gerente Administrativo, não sendo contratado até agora o pessoal técnico previsto no desenho do Projeto. Além disso, o Projeto tem operado no marco do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), por meio da Conta Única do Tesouro Nacional, sem contar com uma Conta Operativa própria, conforme prevista no desenho do projeto e no MIP. O uso da Conta Operativa própria ou de um Projeto de Cooperação Técnica (PCT), também previsto no MIP, pode permitir uma eficiente execução, assegurando agilidade e disponibilidade dos fundos no momento que eles são necessários, ainda mais devido a capilaridade e execução diretamente nos territórios pelo Projeto. Por outro lado, a Missão verificou uma gestão eficiente quanto ao uso dos fundos da contrapartida e entende que os principais gargalos são a indisponibilidade de equipe técnica em quantidade adequada para a gestão financeira, a indefinição sobre a operacionalização dos recursos do empréstimo, o que tem dificultado também a definição do sistema de informações para contabilizar e emitir relatórios financeiros.

6. O Projeto instalou-se nos mesmos imóveis nos quais funcionava nos meses finais da primeira fase do PDHC, tanto na sede central em Recife como nos nove territórios. Porém, os pagamentos atrasados de alugueis e serviços (água, telefone, luz, etc.) só foram regularizados a partir de abril de 2015. Além disso, foi contratado o pessoal administrativo e de apoio necessário para o funcionamento do Projeto, assim como para o abastecimento e manutenção dos veículos. Não foram realizadas aquisições de móveis, veículos e equipamentos, sendo utilizados os remanescentes da primeira fase do PDHC.

7. No final de 2014, foi realizado um chamamento público para contratar entidades para desenvolver tarefas de arranque em todos os territórios da área do Projeto, tais como difusão do Projeto nas comunidades e nos Colegiados Territoriais, atualização de diagnóstico de famílias que foram beneficiárias da primeira fase do PDHC, seleção de novas famílias para a segunda fase e capacitações em políticas públicas. Após finalizar o processo seletivo, somente foram contratadas duas entidades para cobrir parcialmente quatro territórios, dos quais dois em Pernambuco e dois no Ceará, não sendo contratadas as demais entidades selecionadas. Além disso, foram realizadas várias atividades em estes e outros territórios, principalmente de articulação com os Colegiados Territoriais, de intercâmbio e de difusão de práticas e metodologias inovadoras geradas durante a primeira fase, financiadas com outras fontes. Porém, todas essas atividades tiveram um caráter pontual, sendo que o Projeto não conta hoje com o pessoal técnico necessário para realizar atividades técnicas básicas, tais como planejamento, acompanhamento técnico das ações das parceiras, articulação nos territórios e monitoramento e avaliação.

8. Para resolver os entraves identificados pela UGP, esta elaborou uma nova versão revisada do Manual de Implementação do Projeto (MIP), que recebeu a Não Objeção do FIDA em 03 de agosto de 2015. Além disso, estão sendo negociadas opções para realizar a contratação do pessoal técnico. Entre elas, o lançamento de um edital da SDT para contratar 23 técnicos na modalidade de prestação de serviços técnicos de consultoria por um prazo de dois anos, a fim de resolver de forma temporária a situação existente. É fundamental uma resolução rápida para estruturar a UGP e UCTs e viabilizar a execução, de acordo com os objetivos e metas previstos no desenho do Projeto.

C. Produtos e resultados imediatos

9. Como foi explicado acima, a execução do Projeto tem sido afetada de forma significativa pelo atraso na contratação do pessoal da UGP, e boa parte das ações da UGP tem sido orientada a resolver a conformação da UGP e UCTs e assegurar condições operacionais adequadas para o Projeto (principalmente preparação de nova versão do Manual de Implementação do Projeto - MIP e negociação da modalidade de contratação do pessoal técnico para a UGP e UCTs). Além disso, o Projeto realizou um chamamento público para contratar

entidades para realizar trabalhos iniciais em todos os territórios, tendo sido contratadas entidades para somente quatro deles. Também se elaborou um edital para selecionar técnicos que trabalhem na UGP em regime de serviços de consultoria. Com as limitações já detalhadas, os principais produtos e resultados foram os seguintes:

- a) Articulação com os Colegiados Territoriais em todos os territórios do Projeto para apresentar os objetivos e ações previstas e difusão da segunda fase nesse âmbito;
- b) Início da implementação por meio de parceiras contratadas em quatro territórios (Sertão de Araripe e Sertão do Pajeú em Pernambuco, Sertão Central e Sertão dos Inhambus no Ceará) de diversas ações necessárias para o início efetivo do Projeto. Já foram realizadas ações de difusão da segunda fase do PDHC nos Colegiados Territoriais e nas comunidades.

10. Além disso, estão previstas uma série de outras atividades no plano de trabalho das parceiras, detalhadas no componente de Desenvolvimento da Capacidade Organizacional. A previsão é completar essas atividades em abril de 2016.

D. Progresso na implementação do Projeto

D.1. Difusão

11. O principal canal de difusão do Projeto tem sido por meio do seu website <http://www.projetoedomhelder.gov.br/site/>. Além disso, o Projeto tem feito várias atividades por meio do Programa de Gestão do Conhecimento do FIDA no Brasil (Programa Semear), que tem buscado utilizar e potencializar as experiência e práticas exitosas do PDHC principalmente para os outros projetos FIDA em execução, conforme destacado abaixo no item D.3.

D.2. Arranjo institucional, pessoal e infraestrutura

12. Marco Organizacional: o Projeto está sendo implementado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), que estabeleceu uma Unidade de Gestão do Projeto (UGP) para sua execução operacional (vide Portaria 073/2014). A sede da UGP, igual à fase I do Projeto, está localizada na cidade de Recife (Pernambuco), próxima aos territórios, aos principais parceiros e à área de atuação do Projeto, o que o FIDA destaca como bastante importante. Como parte da UGP, também foram estabelecidas nove Unidade de Coordenação Territorial (UCTs) em cada um dos territórios que fazem parte da área do Projeto, conforme tabela abaixo:

UGP	Recife – PE
UCT Território do Sertão do Pajeú – PE	Afogados da Ingazeira – PE
UCT Território do Sertão do Araripe – PE	Ouricuri – PE
UCT do Cariri Ocidental – PB	Monteiro – PB
UCT da Serra da Capivara – PI	São João do Piauí – PI
UCT do Sertão do Apodi – RN	Apodi – RN
UCT do Sertão Sergipano – SE	Nossa Senhora da Glória – SE
UCT do Inhamuns-Crateús – CE	Crateús – CE
UCT do Sertão Central – CE	Quixeramobim – CE
UCT do Sertão Alagoano – AL	Em definição

13. A estrutura organizacional do Projeto também inclui um Comitê Executivo do Projeto (CEP) localizado no MDA e estabelecido por meio da Portaria 73/2014, mais sem ainda designar os representantes, pelo que a UGP preparou uma minuta de Portaria, já encaminhada à SDT/MDA. O CEP é composto de representantes de diferentes unidades do Ministério: representantes da SDT, da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), da Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA), da Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais (DPMR), da Coordenação Geral de Povos e Comunidades Tradicionais (CGPCT) e do INCRA. O Projeto também conta com um Comitê Gestor (CGP), estabelecido pela mesma Portaria que criou a UGP e o CEP. O CGP deverá ser composto por representantes do Governo Federal, dos governos dos Estados na área de abrangência do Projeto, dos beneficiários e das instituições da sociedade civil.

14. Conforme detalhado abaixo, a Missão destaca que até o presente momento a UGP foi estabelecida, embora sem ainda contar com a maioria de sua equipe base, e a grande maioria das UCTs se encontram funcionando, porém, ainda não contam com pessoal técnico para operar plenamente.

15. Pessoal e equipe do Projeto. A estrutura organizacional, conforme estabelecido no Manual de Implementação do Projeto (MIP) e no Relatório Principal de Desenho do Projeto, deverá ser composta por uma equipe base de 28 profissionais com a seguinte conformação:

Diretor do Projeto	01
Coordenador de Planejamento, Monitoramento e Avaliação	01
Gerente Financeiro	01
Gerente Administrativo	01
Coordenadores de Componente	03
Coordenadores das Unidades de Coordenação Territorial (UCTs)	09
Especialistas	09
Assistentes de Coordenação	03

16. Dos 28 profissionais da equipe base, o Projeto conta somente com 2 profissionais: o seu Diretor e o Gerente Administrativo, que foram nomeados para cargo em comissão de Direção e Assessoramento Superior (DAS). As outras 26 posições da equipe base ainda não estão preenchidas. Entre os 26 profissionais que o Projeto pretende contratar, 17 serão para a UGP em Recife e 09 para as UCTs nos nove territórios de atuação do Projeto.

17. Entre outubro de 2014 e julho de 2015, a SDT contratou 13 profissionais – 7 na UGP e outros 6 nas UCTs - como consultores por produto para apoiar no trabalho nos territórios de atuação do PDHC. Embora os consultores contratados fizessem parte da UGP da primeira fase do PDHC, as tarefas definidas nos TDR não tiveram relação direta com a segunda fase do PDHC, mas com atividades da SDT nos territórios. Assim, o trabalho desses consultores ajudou a manter certa presença do Projeto no campo, mas não desenvolveram ações de arranque do mesmo.

18. O tema de pessoal foi discutido em profundidade com a Missão, e a UGP informou que há distintas interpretações com referência ao texto do Acordo de Empréstimo, no que tange à contratação do pessoal da UGP, em seu item 3.4, que cita que estes profissionais serão selecionados por meio de "*processo competitivo segundo às normas nacionais*". A Missão esclareceu que, durante o desenho do Projeto, foi discutido que para a contratação do pessoal do Projeto poderiam ser aplicadas as normas nacionais referindo-se à possibilidade de utilizar o Processo de Seleção Simplificado via Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MPOG). A fim de atender a esta possibilidade, o FIDA acordou em dispor o referido texto no Acordo de Empréstimo, pois sem ele as normas aplicáveis para esta seleção, seriam somente as do FIDA. Entretanto, esta citação não exclui a aplicação da norma de aquisições do FIDA, que é aplicável para todo o Acordo e recepcionada como normas nacionais aplicáveis por força do próprio Acordo e do §5º do Art. 42 da Lei de Licitações Brasileira. Diante do exposto, o FIDA informa que aceita e recepciona também outros tipos de contratação para o quadro de pessoal, por um processo de seleção simplificado realizado diretamente pela UGP/SDT, segundo as normas do FIDA e sob sua revisão prévia. Finalmente, a Missão também vê a possibilidade de recepcionar no âmbito do PDHC II a utilização de um PCT mediante revisão prévia do FIDA. O FIDA se coloca à disposição para auxiliar o Projeto e os gestores a explorar os vários caminhos propostos e definir aquele que melhor convier, de forma a acelerar a contratação do pessoal da equipe base do Projeto. A Missão recomenda fortemente que a UGP e SDT/MDA tomem todas as devidas providências de forma a agilizar a contratação da equipe base a fim de implementar efetivamente o Projeto.

19. De modo a destravar a questão de contratação dos 26 profissionais da equipe base, foi acordado que o Projeto, de forma transitória, poderá fazer um processo de contratação de consultores pelo período de até 2 anos, utilizando as regras do FIDA. A Missão recomenda que isso seja feito de forma urgente de modo a garantir continuidade das ações do Projeto.

20. Com referência ao pessoal de apoio, foi concluído o processo de contratação por meio de terceirização, e o Projeto conta com um total de 29 colaboradores ocupando posições de apoio, entre as quais secretárias,

serviços gerais, assistentes e motoristas, sendo 14 localizados em Recife na UGP e 15 nas UCTs nos nove territórios, faltando apenas o Território do Alto Sertão Alagoano.

21. Infraestrutura. O Projeto conta com infraestrutura básica para operar, incluindo equipamentos, computadores, móveis e veículos. A UGP conta com 3 veículos e cada uma das 8 UCTs conta com 1 ou 2 veículos, faltando apenas instalar e equipar a UCT do Território do Alto Sertão Alagoano. Recursos para diárias no caso de deslocamento dos motoristas, foram disponibilizados. Porém, como toda a infraestrutura do Projeto e remanescente da primeira fase, que, alguns equipamentos de informática encontram-se obsoletos, será necessário que alguns deles sejam substituídos ao longo do ano de 2016. Na medida em que seja contratado o pessoal da UGP e UCTs e avance a execução do Projeto, também será necessária a aquisição dos veículos previstos no desenho. Neste sentido, a missão recomenda que recursos para aquisição de capital sejam incluídos na dotação orçamentária para 2016.

D.3. Diálogo sobre políticas, articulação das políticas públicas e disseminação de inovações

22. Até o momento atual, e apesar das limitações da falta de pessoal técnico na UGP e nas UCTs, o Projeto realizou várias atividades relacionadas com os objetivos previstos no componente de Diálogo de políticas, articulação das políticas públicas e disseminação de inovações. Para isso, aproveitou muito o acúmulo de articulações e experiências geradas pela primeira fase do Projeto. As atividades mais importantes realizadas são as seguintes: (i) reuniões com os Colegiados Territoriais e com organizações sociais nos territórios de atuação para difundir o Projeto e continuar com a articulação iniciada durante a primeira fase com esses espaços institucionais; (ii) atividades de intercâmbio realizadas em vários territórios, com participação de produtores e técnicos de vários projetos do FIDA e de outras instituições, sobre sistemas de produção baseados na agroecologia; (iii) publicação de livros e documentos sobre tecnologias e práticas inovadoras geradas pela primeira fase do Projeto, tais como o sistema bioágua familiar, ou técnicas de produção de algodão em consórcios agroecológicos; (iv) oficinas e intercâmbios sobre metodologias de assessoria técnica. As atividades de articulação nos territórios foram realizadas basicamente pelo Diretor do Projeto, aproveitando a forte articulação construída durante a primeira fase do Projeto.

23. Embora as atividades realizadas tenham sido importantes, a impossibilidade de contratação dos Articuladores Territoriais (um em cada território) reduziu a presença do Projeto nos territórios. Além disso, a falta de pessoal na UGP limita fortemente a capacidade de supervisão das ações realizadas pelas parceiras contratadas nos quatro territórios. E finalmente, cabe salientar que as ações de intercâmbio e disseminação de inovações não foram resultado de uma estratégia definida pelo PDHC II, nem foram financiados com seus recursos, já que ainda não contava com recursos humanos nem operacionais para iniciar a execução efetiva do componente. Elas foram realizadas a partir de demandas pontuais de entidades governamentais ou projetos que já conheciam os trabalhos realizados pela primeira fase do PDHC, e foram financiadas por essas entidades e projetos. A formalização do Comitê Executivo e do Comitê Gestor do Projeto, importantes nas atividades previstas no componente, se encontra em processo de formalização, já que os mesmos foram instituídos pela mesma Portaria que criou a UGP, mas ainda não tiveram definidas as suas composições, porém suas minutas já foram elaboradas e encaminhadas à SDT/MDA para análise e publicação.

D.4. Desenvolvimento da capacidade organizacional

24. Como já foi dito anteriormente (parágrafo 7), foram assinados convênios com duas entidades para começar o trabalho em quatro Territórios (Pajeú e Araripe em Pernambuco, Sertão Central e Inhamuns no Ceará). Embora este início das atividades seja principalmente uma ação geral institucional de ‘chegada’ ou de ‘volta’ aos Territórios, diversas das atividades previstas nos convênios mencionados devem ser vistas, também, como atividades de desenvolvimento das capacidades da população e das organizações locais.

25. Dentre as ações previstas nos convênios mencionados, destacamos o conjunto de atividades de mobilização das famílias rurais e de apoio aos Colegiados Territoriais. Também deverão desencadear o processo de seleção das famílias que serão os primeiros beneficiários diretos do PDHC (segunda fase). Isto envolve tarefas de diagnóstico, atualização ou criação de cadastros das famílias, e a realização de reuniões do Colegiado para a escolha das famílias/comunidades/assentamentos a serem trabalhados. Em seguida, serão realizadas as tarefas que permitirão a preparação participativa dos Planos de Desenvolvimento e a definição dos Planos Operativos Anuais (POA) dos Territórios em questão. Concomitantemente, foram previstas e estão

sendo realizadas atividades específicas de capacitação das equipes engajadas neste trabalho para garantir a ‘transversalidade’ do enfoque de gênero.

26. Como já foi mencionado, o trabalho das duas entidades aqui citado teve início efetivo muito recentemente. Por isso, somente uma parte das atividades previstas nos convênios foi realizada, sendo previsto o término deste trabalho inicial nestes territórios em abril de 2016. No entanto, a Missão registra que o trabalho em campo já começou. Está prevista a realização de trabalho semelhante nos demais territórios de atuação do Projeto. Para tal, deve ser lançado muito em breve um novo edital para assinatura de convênios, semelhantes aos que aqui foram referidos, ou contratos. Sendo que estes trabalhos representam o ponto de partida da ação do Projeto nos Territórios, a Missão reforça a necessidade de concluir o quanto antes os processos que estão em tramitação para poder começar a trabalhar também nestes outros Territórios. Vencida esta fase inicial, virá o tempo de iniciar a execução das demais atividades de desenvolvimento de capacidades organizacionais previstas no desenho do Projeto.

D.5. Desenvolvimento da produção sustentável e acesso aos mercados

27. Como foi mencionado para os outros componentes, não foi possível lograr muitos avanços concretos na parte do desenvolvimento da produção sustentável e do acesso aos mercados, considerando o quadro muito reduzido de pessoal, tanto na UGP como nos territórios de atuação.

28. A equipe se dedicou à elaboração de documentos que serão suportes indispensáveis para a implementação. Foram preparadas normas operativas para duas ferramentas cruciais deste componente, que são os Campos de Aprendizagem e os Recursos de Apoio à Inovação (RAI), instrumentos estratégicos do Projeto na construção e difusão de inovações, nos diversos campos de atuação do Projeto. Essas normas apresentam critérios e condições, tais como definidos no Manual de Implementação do Projeto, e serão portanto guias importantes para orientar o trabalho em campo das equipes de assessoria técnica (quando contratadas).

29. O trabalho em curso, conduzido pela FETAPE e FETRAECE, tal como apresentado nos parágrafos anteriores, tem previsto a realização nos próximos meses junto às famílias selecionadas, do diagnóstico sócio econômico, ambiental e produtivo e consequentemente da elaboração de um Plano de Desenvolvimento para cada comunidade e assentamento atendido, instrumentos de base para a atuação do Projeto e a elaboração dos POAs. A missão recomenda que esses planos possam ter, tanto quanto possível, uma abrangência e perspectiva plurianual, com foco mais detalhado para o primeiro ano de sua implementação.

30. Entre aqueles documentos de suporte, foi elaborado um documento que apresenta o passo a passo do processo de construção participativa de projetos produtivos com as famílias de agricultores familiares. O documento abrange todas as etapas, desde a identificação até a viabilidade econômica. Ele se destina principalmente ao processo de capacitação das equipes técnicas que terão a responsabilidade de elaborar, com os beneficiários, os projetos produtivos. Neste sentido, este documento será fundamental para orientar o trabalho das entidades parceiras de assessoria técnica, uma vez contratadas e prontas para atuar em campo.

31. Em resumo, se pode considerar que o Projeto está realizando trabalhos preparatórios importantes e relevantes, cujos resultados serão perceptíveis quando for iniciada a atuação nas comunidades e assentamentos. Esses primeiros trabalhos contribuem também para afinar a metodologia de atuação em campo do Projeto. Eles deverão permitir maior agilidade na implementação de etapas semelhantes nos demais territórios.

D.6. Focalização

32. Embora poucas atividades dentro dos componentes 1 e 2 tenham sido iniciadas, há alguns indícios de avanços nestes campos temáticos que devem ser destacados. Nos 4 territórios onde tem se iniciado trabalhos de mobilização e capacitação, a partir de convênios firmados com FETRAECE e FETAPE, ressalta-se a primazia atribuída a um processo de preparação para a intervenção dos profissionais no campo, a partir de eventos de capacitação sobre a metodologia de trabalho (diagnóstico, planejamento) com enfoque em gênero, geração e etnia. De acordo com a apresentação feita pela FETAPE, durante uma reunião realizada com sua equipe, estão previstas também na próxima fase do plano de trabalho, oficinas de sensibilização sobre políticas

públicas, que incluirão uma forte ênfase nas políticas que especificamente atendem as mulheres, jovens e populações negras e indígenas. Esta ênfase na incidência política é um dos eixos centrais do Projeto Dom Helder e, portanto, deve se atentar para a necessidade de promover ações que incentivem o acesso destes grupos específicos às políticas tais como, Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais (POPMR), Pronaf, ATER/ATES, PAA, PNAE de modo sistemático, durante as diversas fases do Projeto, para que o processo de gestão participativa de tais políticas seja de fato efetivada.

33. Como parte desses trabalhos iniciais, o Projeto aproveita parcerias consistentes, a maior parte das quais já foram consolidadas durante a primeira fase, com organizações feministas e movimentos de mulheres (como a Casa da Mulher do Nordeste e o Centro de Articulação e Assessoria do trabalho com Mulheres do Araripe - CAATMA), além de organizações mistas que tem internalizado estas abordagens, (como Sabiá e Caatinga), o que certamente facilitará a implementação de ferramentas participativas que contemplem a perspectiva de gênero no conjunto das ações dos POAs.

34. Percebe-se a necessidade de ter cuidado na preparação de materiais e ferramentas de suporte metodológico para que efetivamente incorporem um enfoque de gênero, raça, etnia e geração. A equipe deve se atentar para que não haja um tratamento raso da família – que constitui, por excelência, o *locus* da produção agrícola – como se fosse um todo homogêneo que não possui diferenciações internas. Especificamente no documento que norteia a construção de projetos produtivos, mencionado acima na seção D.5, recomenda-se que sejam feitos alguns ajustes, a partir de uma visão mais completa das dinâmicas familiares, de modo que se leve em consideração as potencialidades, aportes e condicionantes de cada indivíduo (em particular mulheres, jovens) que integra as famílias (e associações) durante o planejamento dos processos produtivos.

35. A partir das observações anteriores, se apresentam as recomendações seguintes:

- a) Fortalecer a articulação com organizações parceiras referenciais de gênero dos vários territórios, a partir da construção de um espaço de gestão – um grupo de trabalho – que tenha o papel de realizar reflexões sistemáticas sobre as intervenções realizadas, aprofundamento teórico e metodológico, articulação e intercâmbio interestadual e coordenação dos processos de avaliação e monitoramento. Esta medida representa uma forma de potencializar as bagagens trazidas por estas diversas organizações, além de garantir uma maior qualificação do conjunto de ações a serem realizadas;
- b) Incorporar enfoques de gênero, raça, etnia e geração nas atribuições mencionadas nos TDRs dos profissionais da equipe base, dentro de suas diversas áreas;
- c) Modificar o conteúdo do TDR da assessora de gênero, raça e etnia, haja vista que o trabalho com gênero também deveria buscar a incorporação de subsídios metodológicos para trabalhar a igualdade de gênero em grupos mistos, no intuito de efetivar uma intervenção voltada à transversalidade;
- d) Revisar documento para preparação de projetos produtivos oferecendo uma visão mais completa das dinâmicas familiares;

D.7. Monitoramento e avaliação (M&A)

36. O Projeto ainda conta com atividades bastante incipientes com relação à área de Monitoramento e Avaliação sendo que os convênios estão sendo acompanhados e monitorados basicamente por meio de uma tabela em Excel, mas que contém informações importantes de alguns indicadores. A Missão destacou a importância do acompanhamento prioritário ao processo de elaboração do Estudo da Linha de Base (avaliação), que deverá ser impreterivelmente concluído durante o ano calendário de 2016.

37. Sobre monitoramento, falta ainda à UGP do Projeto elaborar uma lista inicial de indicadores, atrelados ao Marco Lógico e que devem constar do Relatório Técnico de Progresso (RTP), com periodicidade semestral, e POA. Sugere-se que uma tabela específica apresentando a evolução dos dados de todos os indicadores seja incluída na seção de M&A dos próximos RTPs. Alguns exemplos: a) número de jovens e mulheres recebendo assistência técnica; b) principais tipos de assistência técnica por território (por percentual); c) número de beneficiários capacitados; d) número de oficinas e beneficiários por área temática, etc. Parte da coleta destes dados deverá constar do Programa de Trabalho acordado com entidades que prestarão a assessoria técnica às

famílias, incluindo estas atividades nos instrumentos a serem assinados com elas. Além disso, as tabelas atualizadas destes indicadores devem constar do POA 2016 revisado na seção M&A e nos POAs subsequentes.

38. Sobre o sistema de monitoramento, o Projeto informou à Missão que revisará e ajustará dois instrumentos usados na primeira fase do PDHC e que ainda se encontram em funcionamento: o *sistema de monitoramento de contratos* e o *sistema de projetos, atividades e contratos*. A revisão e ajustes serão feitos de modo que o sistema assegure o apoio ao processo decisório produzindo informação e análises para a gerência do Projeto. Os ajustes serão feitos em dois níveis, de modo a responder às necessidades de informação da UGP, do Sistema de Gestão de Resultados e Impacto (RIMS) do FIDA, e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); e também alinhado ao Sistema informático de M&A atualmente sendo desenvolvido pelo FIDA no Brasil.

39. Em referência à avaliação, foi decidido que o PDHC II irá avançar com a elaboração do Estudo da Linha de Base do Projeto em 2016, como mencionado acima. O questionário a ser aplicado pela empresa selecionada deverá ser acordado com o FIDA e a UGP/SDT, levando em conta o resultado do pré-teste do questionário realizado na Bahia em dezembro de 2014 e o acordo com todos os projetos FIDA no Brasil em reunião subsequente no Escritório do FIDA em Salvador. Além disso, a UGP já recebeu cópia de padrão de Termos de Referência (TDR) preparados pelo FIDA para o processo de contratação da empresa que irá implementar a linha de base. A Missão recomenda que o PDHC efetue um processo de licitação para contratação de uma instituição para aplicação da linha de base da fase 2 do PDHC, conforme delineado no TDR apresentado ao Projeto e em linha com a prática adotada por todos os outros projetos FIDA no Brasil. O Projeto poderá também estabelecer parcerias com centros de pesquisas, universidades ou fundações, que poderão ser contratados para prestar o serviço relacionado à linha de base. A página web (com log in e senha), na qual deverão ser carregadas todas as respostas das enquetes familiares da Linha de Base, já foi encaminhada à Direção do Projeto pelo FIDA. É importante que a empresa encarregada da elaboração do Estudo da Linha de Base esteja informada da necessidade de alimentação desta página, que fará parte do sistema informático M&A FIDA Brasil, com todos os dados da Linha de Base do PDHC II.

E. Aspectos financeiros

E.1. Gestão financeira

40. Os arranjos de gestão financeira definida para o atual Projeto (fase II) procuram replicar o *modus operandi* do antigo Projeto (fase I), devido à sua operacionalidade ágil e tempestiva que permitiu uma eficiente implementação daquele Projeto. Contudo estes arranjos ainda não estão completamente estabelecidos satisfatoriamente. Os principais gargalos que afetam a capacidade institucional da UGP em gestão financeira identificados são: i) a indisponibilidade da equipe em quantidade adequada para gestão financeira; ii) a pendente nomeação da comissão de licitações e consequente inapropriação das normas de aquisições aplicáveis; iii) a indefinição quanto à operacionalização dos recursos advindos do financiamento; iv) a inexistência de um sistema de Informações financeiras que permita a contabilização de todos os fundos envolvidos no Projeto e emissão de relatórios financeiros ao FIDA e ao governo brasileiro de forma tempestiva. Contudo, a Missão encontrou uma gestão eficiente quanto ao uso dos fundos da contrapartida e entende que após sanados os itens citados, a gestão financeira fluirá conforme o desejado. Para tanto a missão recomenda que a UGP envide todos os esforços junto aos órgãos envolvidos para que se busque a solução o mais breve possível a fim de permitir sua implementação. O FIDA se disponibiliza permanentemente para prestar quaisquer esclarecimentos e colaborar para as soluções.

41. POA 2015: durante a missão a UGP apresentou um POA 2015 revisado no valor de R\$ 14.255.935,00. Esta revisão deveu-se à adequação do orçamento aprovado para 2015 e a alguns ajustes necessários. Deste POA foram executados R\$ 3.016.322,37 (21%) utilizando apenas recursos da Contrapartida. POA 2016: A missão recebeu o quadro orçamentário do POA 2016 no valor de R\$ 18.400.125,00. O POA 2016 está sendo apresentado com os gastos relativos à implementação e gestão do Projeto e às atividades em andamento. Este será complementado em 2016 com as informações advindas das ações levantadas no âmbito dos Territórios. O POA 2016 também necessitará prever os aportes das contrapartidas adicionais relativas aos beneficiários, SAF e INCRA. Para isso, a UGP irá buscar entendimentos juntos a estes importantes parceiros do Projeto para viabilizar o fluxo adequado das informações. Orçamento vs. POA: A missão observou que o POA 2016 é superior ao valor apresentado no Projeto de Lei Orçamentária Anual - 2016 (PLOA) no valor de R\$ 11.000.000.

A missão recomenda que o MDA faça gestão junto ao Ministério do Planejamento (MPOG) para que disponibilize todo orçamento conforme o planejado, e também que possibilite a aquisição de veículos, bens e equipamentos. Cabe ressaltar que para o primeiro e segundo ano do Projeto o valor previsto é de R\$ 19,2 milhões/ano, não considerando os aportes da SAF/INCRA e beneficiários.

42. Contabilidade e Relatórios Financeiros. Até o momento da missão o Projeto não havia enviado os relatórios financeiros semestrais e os Demonstrativos Contábeis de 2014, conforme previsto contratualmente. A missão acordou que estes relatórios serão enviados até 30/11/2015.

E.2. Desembolsos FIDA.

43. O FIDA desembolsou uma parcela de adiantamento de cada financiamento nos valores de USD 400 mil (FIDA) e EUR 1,3 milhão (FIDA/Fundo Espanhol) equivalentes a 10% do valor do Acordo. Contudo, os recursos aplicados em 2014 e 2015 foram somente de contrapartida, devido a não possibilidade de utilização de recursos do empréstimo em razão da não descentralização dos mesmos à conta operativa., Carta de Assinaturas junto ao FIDA: A Missão solicitou que a UGP a atualize devido à nova composição gerencial da SDT/MDA. Estimativa de desembolso: devido à baixa disponibilidade orçamentária para 2016 e da contrapartida proporcional, um novo desembolso é somente previsto para 2017, que é muito preocupante para o cumprimento do cronograma de implementação.

E.3. Recursos de contrapartida

44. A contrapartida do Projeto prevista no Acordo de Empréstimo é de USD 42 milhões. Esta é complementada por uma contrapartida indireta, prevista no Relatório de Desenho do Projeto, perfazendo USD 40,1 milhões em articulação com a SAF/INCRA e USD 25,1 milhões dos beneficiários. Quanto à contrapartida indireta, o FIDA orientou à UGP a contabilizar estes gastos de forma declaratória com a Coordenação de PM&A e apresentá-los em separado no próximo relatório financeiro semestral. O Aporte de contrapartida até 31/10/2015 é de USD 1 milhão, 2% do valor do Projeto, tendo sido executado USD 959.137,15, sendo na Categoria 2 - Oficinas, encontros e capacitação, USD 776.504,40 e na Categoria 5 - Custos operacionais, USD 182.632,75. Durante a Missão, a UGP confirmou a disponibilidade de toda a contrapartida necessária para o Projeto.

E.4 Cumprimento das Cláusulas Contratuais

45. A Missão revisou o atendimento às cláusulas do Acordo de Empréstimo e das Condições Gerais e verificou que há cláusulas não atendidas ou atendidas parcialmente tais como: i) a disponibilização do pessoal adequado ao Projeto, ii) operacionalidade dos Comitês Gestor, Executivo e Territoriais; iii) envio tempestivo do POA, Plano de Aquisições, relatórios financeiros e de progresso semestrais; e, iv) Sistema Financeiro adequado. A Missão identificou que o tema do pessoal foi determinante para o não cumprimento destas cláusulas.

E.5. Aquisições e Contratações

46. A Missão esclareceu que as normas aplicáveis ao Projeto onde os recursos do financiamento estejam envolvidos, são as normas do FIDA conforme o disposto nas Condições Gerais do FIDA, integrante do Acordo de Empréstimo e especificadas na Carta ao Mutuário. A Missão verificou a indisponibilidade da Comissão Especial de Licitações e Contratações do Projeto (CELCP) para a realização das licitações previstas para o Projeto, devido ao tema de pessoal já comentado neste memorando. A Missão recomenda que seja disponibilizado esta equipe, com perfil com conhecimentos nas normas de aquisições segundo as regras do FIDA. Recomendou ainda, que sejam observados os procedimentos de revisão prévia do FIDA para as contratações conforme o item 21 da Carta ao Mutuário.

E.6. Auditoria

47. Devido à baixa execução dos recursos do Projeto em 2014, e sua entrada em vigor em agosto de 2014 a SDT solicitou ao FIDA que a Auditoria Externa das contas e da gestão do Projeto relativa ao ano de 2014 serão realizadas junto a auditoria das contas de 2015, o que precisará ocorrer até março de 2016. A Missão lembrou que conforme o disposto no item 10.i das Diretrizes de Auditoria do FIDA a confirmação da realização dos trabalhos da auditoria de 2014/2015 pela Controladoria Geral da União (CGU) necessita ser informada ao FIDA até 01 de dezembro de 2015, bem como o envio do TdR.

48. Avaliação do Risco Fiduciário foi realizada observando a "Nota de Orientação sobre a Supervisão da Gestão Financeira de Projetos" do FIDA de julho de 2012 que objetiva "garantir que o organismo de execução tenha sistemas de gestão financeira e controles suficientemente sólidos para gerir e controlar adequadamente as finanças do Projeto e prestar informações sobre elas, a fim de assegurar que utilizem os fundos do projetos de maneira econômica e eficiente para a finalidade buscada". A avaliação realizada gerou uma classificação de risco fiduciário médio para o Projeto, devido às dificuldades relatadas neste Memorando, especialmente quanto à disponibilidade da equipe do Projeto, o atendimento às cláusulas do Acordo e operacionalização dos fluxos dos fundos do financiamento. Esta avaliação indica a necessidade de uma missão de apoio à implementação fiduciária o mais breve possível.

F. Conclusões

49. O Projeto Dom Helder Câmara II se encontra próximo a finalizar o primeiro trimestre do segundo ano de implementação, dos seis anos previstos. A execução tem avançado de forma muito lenta e apresenta entraves, que precisam ser resolvidos de forma urgente, a fim de que o Projeto possa iniciar sua execução plena. Esses entraves tem relação fundamentalmente com a contratação do pessoal técnico da UGP, que hoje está constituída somente pelo Diretor e o Gerente Financeiro. Sem conformar totalmente a UGP e UCTs, o Projeto não terá a capacidade de execução, nem de articulação nos territórios, nem de acompanhamento das ações contratadas com entidades. Se a contratação de pessoal técnico da equipe base não for resolvida rapidamente, serão comprometidas as possibilidades de atingir os objetivos e metas previstos no desenho do Projeto e no Acordo de Empréstimo, colocando o Projeto em risco. Também é necessário disponibilizar uma quantidade adequada de pessoal para gestão financeira, nomear e fazer funcionar a comissão de licitações e implementar um sistema de Informações financeiras que permita a contabilização de todos os fundos envolvidos no Projeto e emissão de relatórios financeiros. Finalmente, a linha de base do Projeto necessita ser implementada impreterivelmente no ano 2016. Por esses motivos, a situação do Projeto constitui uma grande preocupação para o FIDA.

50. Cabe assinalar que o PDHC II constitui uma nova fase de um Projeto (PDHC I) amplamente avaliada como bem-sucedida. Durante quase dez anos, o Projeto construiu uma forte articulação com os atores sociais e institucionais nos territórios onde atuou, gerou uma importante quantidade de inovações, especialmente em sistemas e tecnologias produtivas e de uso da água e de metodologias de assessoria técnica e de organização comunitária, e negociou parcerias com uma grande variedade de entidades públicas e privadas, organizações da sociedade civil, Organizações Não Governamentais e projetos financiados por outras instituições da cooperação internacional, além de ter servido como referência para os outros cinco projetos do FIDA em implementação nos estados do nordeste, e para o desenho dos futuros projetos do FIDA. As articulações e bons resultados do Projeto fase I permitiram atrair recursos de outras instituições e projetos, que ampliaram o orçamento original e a abrangência do Projeto, e a multiplicação dos resultados. Esses resultados foram reconhecidos por diversas avaliações realizadas pelo Departamento de Avaliação Independente (IOE) do FIDA, assim como a avaliação do Projeto GEF, que cofinanciou a primeira fase do PDHC durante os últimos anos. Por esse motivo, o Projeto conta com uma rede de contatos e prestígio nos territórios, e recebe permanente demanda para participar de atividades de intercâmbio, de oficinas e de assessorias técnicas para apresentar resultados e práticas de sua experiência.

51. Para viabilizar a execução do Projeto, a Missão identificou as seguintes questões prioritárias a serem resolvidas de forma urgente:

- a) Deve-se completar a conformação da UGP e UCTs, incluindo a totalidade dos cargos previstos no desenho do Projeto. Para isso, é fundamental utilizar um procedimento que: (i) seja rápido, tomando em conta a urgência de resolver o problema, (ii) que assegure a contratação do pessoal técnico durante todo o período de execução (sujeito a procedimentos de avaliação de desempenho); (iii) que assegure, na medida do possível, a continuidade da equipe técnica que participou na execução da primeira fase, tomando em conta sua experiência e bons resultados; por esses motivos, a continuidade do pessoal técnico da primeira fase foi sinalizada no desenho do Projeto e no Acordo de Financiamento.
- b) É necessário definir procedimentos de gestão financeira para o Projeto que permitam uma gestão transparente, ágil e eficiente. Na medida do possível, a Missão recomenda o uso de Conta Operativa,

da forma que funcionou com bons resultados durante a primeira fase, ou por meio de um Projeto de Cooperação Técnica (PCT);

- c) Uma vez resolvidos os problemas mencionados acima, será necessária uma destinação de recursos orçamentários bem maiores que a prevista de R\$ 11 milhões (equivalentes a uns USD 2,9 milhões) para 2016, e que seja coerente com o previsto no desenho e no Acordo de Empréstimo, que prevê um orçamento de USD 60 milhões para um período de seis anos. Também será necessário fortalecer as articulações no âmbito do MDA, a fim de fazer possíveis as ações coordenadas previstas no desenho com a SAF e o INCRA, a partir das quais foram definidas as metas do Projeto.

52. A partir dessas prioridades, são acordadas as medidas seguintes:

- a) Definir de forma urgente o procedimento de contratação da equipe base do Projeto. De modo a destravar o processo de contratação dos 26 profissionais restantes da equipe base. Foi acordado que o Projeto poderá fazer um processo de contratação da equipe base utilizando as regras do FIDA, e/ou por meio de PCT. Responsável: Diretor da UGP e Secretário da SDT. Prazo: 31 de janeiro de 2016;
- b) Criar uma comissão de licitações do Projeto, cuja a equipe deverá ter perfil com conhecimentos das normas de aquisições segundo as regras do FIDA, a partir da definição e contratação da equipe base. Responsável: Diretor da UGP e Secretário da SDT;
- c) Definir a forma de operacionalização dos recursos do empréstimo a fim de viabilizar uma Conta Operativa ou um PCT, que satisfaça ao desenho do Projeto, ao FIDA e ao Governo Brasileiro, e que permita uma implementação ágil e eficiente dos recursos. Responsável: Diretor da UGP e Secretário da SDT. Prazo: 31 de janeiro de 2016.
- d) Na medida em que se consiga acelerar a execução, considerar a possibilidade de reforço orçamentário durante o segundo semestre de 2016, e muito especialmente, negociar um orçamento significativamente maior para o ano 2017 e seguintes, compatível com o orçamento previsto e tempo de execução do Projeto conforme o Acordo de Empréstimo. Prazo: contínuo durante 2016

Salvador, 24 de novembro de 2015

Humberto Oliveira
Secretário do Desenvolvimento Territorial (SDT)
Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)

Paolo Silveri
Gerente de Programas para o Brasil
Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA)

Espedito Rufino
Diretor do Projeto Dom Helder Câmara
Ministério do Desenvolvimento Agrário

Apêndice 1: Summary of project status and ratings

Basic Facts

Country	Brazil	Project ID	1620 [1100001620]	Loan/DSF/Grant/ASAP FI No.	2000000436, 2000000437
Project	Policy Coordination and Dialogue for Reducing Poverty and Inequalities in Semi-Arid North-east Brazil			Top-up Loan/DSF/Grant/ASAP FI No.	
Date of Update	25-Jan-2016				
Supervising Inst.	IFAD				
No. of Supervisions	1	No. of Implementation Support/Follow-up missions	1		
Last Supervision	17-Nov-2015	Last Implementation Support/Follow-up mission	10-Dec-2014		

USD million Disb. rate %						
Approval	11-Dec-2013			Total financing	125.30	
Agreement	22-Aug-2014	Effectiveness lag	8.5	IFAD Total	3.00	
Entry into force	22-Aug-2014	PAR value	-----	IFAD loan	3.00	14
First disbursement	06-Feb-2015			DSF grant		
MTR		Last amendment		IFAD grant		
Original completion	30-Sep-2020	Last audit		ASAP grant	0.00	0
Current completion	30-Sep-2020			Domestic Total	107.30	
Current closing	31-Mar-2021			Beneficiaries	25.20	0
No. of extensions	0			National Govern	44.01	2
				Other Domestic	38.09	0
				External Cofinancing Total	15.00	
				Spanish Fund	15.00	11

Project Performance Ratings

B.1 Fiduciary Aspects	Last	Current	B.2 Project implementation progress	Last	Current
1. Quality of financial management	3	3	1. Quality of project management	4	4
2. Acceptable disbursement rate	6	6	2. Performance of M&E	3	3
3. Counterpart funds	4	4	3. Coherence between AWPB & implementation	3	3
4. Compliance with financing covenants	4	4	4. Gender focus	5	5
5. Compliance with procurement	4	4	5. Poverty focus	5	5
6. Quality and timeliness of audits	4	4	6. Effectiveness of targeting approach	4	4
			7. Innovation and learning	5	5
			8. Climate and environment focus	5	5
B.3 Outputs and outcomes	Last	Current	B.4 Sustainability	Last	Current
1. Policy dialogue, coord pub poli & scaling-up inn	4	4	1. Institution building (organizations, etc.)	4	4
2. Development of organizational capacities	4	4	2. Empowerment	4	4

3. Sustainable productive development & market access	4	4	3. Quality of beneficiary participation	4	4
			4. Responsiveness of service providers	5	5
			5. Exit strategy (readiness and quality)	4	4
			6. Potential for scaling up and replication	5	5

B.5 Justification of ratings

So far, the Dom Helder Camara project - phase II has strongly benefited from the scaling-up work and legacy of the PDHC phase I, both in terms of staff expertise as well as KM. Technical assistance continues to be provided and innovative methodologies and systematizations continue to be produced, the former to the level of 20% of the overall project design target. However, most of PMU staff still have not been formally contracted, which is seriously affecting field activities. A draft agreement with IICA has been finalized in December 2015 and a final version is expected to be signed soon. This instrument will allow the contracting of the PMU's technical staff, which is expected to greatly facilitate implementation. In 2015 meetings were carried out with local actors in all the territories (seven states in the N-E region) to disseminate information about the project. Two organizations were contracted to implement initial activities of diagnosis, selection of potential beneficiaries, and training in public policies in two territories (Pernambuco and Ceará), leading to the training of 50 technical assistance providers and reaching a total of 2,075 families with technical assistance on access to public policies, including market access. The project participated in activities financed by the KM grant-financed SEMEAR Programme, as well as other projects, consisting of exchanges of experiences about innovative practices generated during the first phase. So far, the project has published two systematizations of experiences and one innovative practice has been adopted by a World Bank Project in the State of Ceará. The project had a financial execution of USD 959,000, all of which from counterpart funds. It is operating in the same central and territorial offices of the first phase.

Overall Assessment and Risk Profile

	Last	Current
C.1 Physical/financial assets		
C.2 Food security		
C.3 Quality of natural asset improvement and climate resilience		
C.4 Overall implementation progress (Sections B1 and B2)	4	4

Rationale for implementation progress rating

The Project has less than 16 months of implementation and the main outstanding issue refers to formally contracting its PMU's technical staff, whose absence has severely limited the project's strategic planning process as well as its outreach in the field. Instead, their only recruited staff (i.e. the director and the financial manager) had to focus mainly on solving administrative bottlenecks for the contracting of the PMU's technical staff and on financial execution. An agreement with IICA was prepared and received the No Objection of IFAD to facilitate the contracting of project staff, which is expected to significantly accelerate project implementation. A new version of the Project Implementation Manual (PIM) has been prepared and approved by IFAD. Meanwhile, the project has advanced with the preparation of systematization materials as well as with preparatory field activities for dissemination of information on its second phase and the selection of beneficiaries, which are being carried out in two territories in the States of Ceará and Pernambuco. The field activities so far have focused on environment and climate change and on organization building. It is important to note that political commitment to the project by the central government remains very high. The federal government attributes a high strategic relevance to the PDHC. The project director has not been replaced, thus ensuring continuity after a very successful phase 1.

C.5 Likelihood of achieving the development objectives (section B3 and B4)	5	5
--	---	---

Rationale for development objectives rating

Despite some administrative problems in year one of project implementation, the degree of political support and priority to the project within the federal government remains very high. Also, the project has a very high level of attention in the states where it is being implemented and in addition the project continue to galvanize the interest and engagement of civil society. The project Director remains the same as during phase one, which will ensure that best practices and lessons learnt will be passed. A major concern, however, is the availability of counterpart funds, as about 80% of project financing is national. Following major cuts in the federal budget, the federal Secretariat of Territorial Development (STD) at the Ministry of Agrarian Development (MDA) could only assign a small budget to the project in 2015 (i.e. R\$ 11 million, equivalent to less than USD 3 million), which is not sufficient to meet the development targets established at design. Close monitoring of this aspect will be needed through 2016. All in all, it is expected that the project will achieve its development objectives provided the administrative issues are tackled and counterpart funding is secured. The project in its phase one has been able to secure additional funds and engaged with a wide range of partners. This experience will be very important in the second phase.

C.6 Risks Short description of major risks for each section and their impact on achievement of development objectives and sustainability

Fiduciary aspects	Matters of concern in this area include: 1) lack of technical staff in the PMU, including for fiduciary aspects; 2) pending nomination of the procurement commission and lack of understanding of procurement rules and regulations; 3) lack of clarity regarding the operationalization of loan financing; 4) lack of a finance system able to issue adequate reports for IFAD and the government on a timely basis; 5) availability of counterpart funds in a timely manner and the volume of counterpart fund for 2016; and 6) the evolution of the exchange rate, with the weakening of the local currency (about 50% in 2015) that led to an increase of the project financing in local currency terms, therefore increasing the project budget in local currency by about 50% and proportionally slowing down financial implementation in SDR, USD and Euros
Project	The main risks relate to (a) further delays in contracting the technical staff of the PMU and (b) ensuring

implementation progress	the quick contracting of organizations to carry out the planned field activities with beneficiaries. This first risk is being dealt by a negotiation with the federal government to apply IFAD procurement rules, as approved in the Loan Agreement. This solution would make it possible to use an agreement with IICA to contract technical staff. Another important risk relates with the MDA not assigning a budget for the project according to what was planned at project design. In order to minimize this risk, IFAD is insisting with SDT/MDA federal authorities that the project targets and development objectives would be jeopardized without an adequate budget allocation from 2016 onwards. While the high political priority accorded to the project by the government will help in reducing such risk, the deepening of Brazil's economic crisis may make it unfeasible to implement this project according to the timeline originally planned at design.
Outputs and outcomes	The possibility of achieving project outputs and outcomes may also be affected by the same risks mentioned above, i.e. a slow progress in the contracting of the PMU's technical staff and organizations to carry out field activities, and lack of an appropriate budget allocation for the project. In addition, the project's work on policy dialogue and the scaling up of innovations by the federal government may fail to achieve a good level of discussion and coordination with other entities of the government itself. Counterbalancing this risk will require an active role and engagement of the Secretary of Territorial Development and the Project Director, as well as a strong support from the Minister.
Sustainability	The main risk that could affect sustainability is that a slow progress in implementation will reduce the time available to consolidate development processes carried out by the project, such as the strengthening of community and other beneficiary organizations, which are essential to ensure the success of economic activities supported by the project. Having less time for disseminating project innovations and supporting their adoption by other government and non-government entities may also affect the scaling up of innovations, which is also key for the sustainability of project results and impacts

Proposed Follow-up

Issue / Problem	Recommended Action	Timing	Status
Contracting of PMU's technical staff	Define the procedures that will be used to contract the technical staff of the PMU (a total of 26 professionals). It was agreed that the project could contract these professionals applying IFAD's contracting rules, as defined in the Loan Agreement, and/or using an Agreement with IICA.	31 January 2016	Under negotiation within the federal government
Project annual budget	As long as implementation starts to accelerate, evaluate the possibility of increasing the budget assigned to the project in the second semester of 2016, and increase substantially the annual budget starting in 2017, in line with what is established by the Loan Agreement	Continuous during 2016	The CPM and CPOs have raised this key issue in meetings with authorities of the MDA
Procedures for financial execution	Define operational procedures to increase efficiency in the management of loan funds. These procedures must be in line with the rules of IFAD and of the Government of Brazil. It was suggested by the supervision mission to use either a Project Operating Account or an Agreement with IICA.	31 January 2016	The project has been using a single account used by the Government of Brazil.

Additional observations

1. The project has continued to serve as an important reference for the KM Programme SEMEAR, which has made many exchange visits in the project area to exchange experiences and build synergies with other IFAD projects in Brazil. 2. While the "basic facts" section indicates no implementation support/follow-up missions, the PDHC has been remotely monitored, both from HQ and ICO. Also, several visits and conversations between the CPM, the CPOs and the federal Secretary in charge of its implementation took place in Brasília, particularly between August and November 2015, to accelerate project start-up and discuss implementation-related issues

Apêndice 2: Marco lógico actualizado: progresos alcanzados respecto de los objetivos, efectos directos y productos

Descripción resumida	Indicadores básicos de resultados	Medios de verificación	Hipótesis (H) / Riesgos (R)
META Contribuir para a redução da pobreza e a desigualdade rural no Nordeste Semiárido	No fim do projeto: <ul style="list-style-type: none"> • Redução de 30% na pobreza extrema (de 40% para 28%) no fim do projeto na área de cobertura do projeto (ODM); • Redução de 70% na pobreza extrema entre beneficiários de investimentos produtivos; • Aumento de 35% nos ativos das famílias beneficiárias de Assessoria técnica e investimentos produtivos (RIMS 3º nível). 	Estatísticas oficiais; <ul style="list-style-type: none"> • Estudo de base; • Estudo de base; M&A/RIMS, avaliação final; • Avaliação final; 	<ul style="list-style-type: none"> • Continuidade das políticas públicas e programas que apoiam a redução da pobreza rural

Descripción resumida	Indicadores básicos de resultados	Medios de verificación	Hipótesis (H) / Riesgos (R)
<p>OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO</p> <p>Contribuir para a redução da pobreza e desigualdade rural no Nordeste Semiárido melhorando a articulação de políticas de desenvolvimento rural, acesso da população às políticas públicas e formulação de políticas públicas mediante ampliação de inovações</p>	<p>No fim do projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 74.000 famílias rurais na área do projeto serão beneficiadas por melhor informação sobre políticas e programas públicos; dentre elas, 45.000 terão acesso aos mesmos; • 27.000 famílias beneficiadas por assessoria técnica aumentam sua produção agrícola em média de 25% no fim do projeto; • 50% dos beneficiários do projeto são mulheres; • 243.000 famílias beneficiarias de projetos cofinanciados pelo FIDA e executados pelos governos estaduais se beneficiam indiretamente pela adoção de inovações nesses projetos geradas pelo PDHC; • Aproximadamente um milhão de famílias rurais em situação de pobreza e extrema pobreza se beneficiam indiretamente de melhores políticas e programas. 	<p>Estatísticas oficiais;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estudo de base; • Estudo de base; M&A/RIMS, avaliação final; • Avaliação final; 	<ul style="list-style-type: none"> • Continuidade das políticas públicas e programas que apoiam a redução da pobreza rural

Descripción resumida	Indicadores básicos de resultados	Medios de verificación	Hipótesis (H) / Riesgos (R)
<p>Componente 1 – Diálogo sobre políticas, articulação de políticas públicas e ampliação de inovações</p> <p>RESULTADO 1: Políticas públicas para reduzir a pobreza e desigualdade melhoradas</p>	<p>No fim do projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> Melhores políticas de desenvolvimento rural sustentável para a população pobre devido à experiência do Project e adoção de metodologias inovadoras do projeto; Melhor articulação de políticas públicas em nove Territórios da Cidadania de sete estados do Nordeste. 	<ul style="list-style-type: none"> Estatísticas oficiais; M&A/RIMS; Relatórios dos Colegiados Territoriais; Estudos qualitativos e quantitativos, inclusive sobre gênero; Relatórios de supervisão; 	<ul style="list-style-type: none"> Continuidade das políticas públicas e programas que apoiam a redução da pobreza rural Ambiente propício à articulação de políticas públicas e programas no MDA e Colegiados Territoriais.
<p>Productos:</p> <p>1.1 Fortalecimento do funcionamento e eficácia de espaços de articulação de políticas e programas</p> <p>1.2 Metodologias inovadas e alternativas de produção aperfeiçoadas</p> <p>1.3 Capacidades técnicas locais de diálogo e articulação de políticas melhoradas</p>	<ul style="list-style-type: none"> Maior participação de organizações da sociedade civil nos Colegiados Territoriais; Aumento do valor e número de projetos de investimento territorial gerados nos Colegiados Territoriais e implementados; Aumento de 30% no número de representantes de mulheres e comunidades tradicionais participando nos Colegiados Territoriais; 24 sistematizações de experiências ou boas práticas; 6 metodologias inovadoras adotadas por órgãos públicos e pelo menos 1 metodologia inovadora adotada por cada projeto cofinanciado pelo FIDA no nordeste; 250 provedores de AT com capacidades melhoradas, sendo pelo menos 50% mulheres. 	<ul style="list-style-type: none"> Estatísticas oficiais; M&A/RIMS; Relatórios dos Colegiados Territoriais; Estudos qualitativos e quantitativos, inclusive sobre gênero; Relatórios de supervisão; 	<ul style="list-style-type: none"> Continuidade das políticas públicas e programas que apoiam a redução da pobreza rural Ambiente propício à articulação de políticas públicas e programas no MDA e Colegiados Territoriais.

Descripción resumida	Indicadores básicos de resultados	Medios de verificación	Hipótesis (H) / Riesgos (R)
Componente 2 – Desenvolvimento das capacidades organizacionais RESULTADO 2: Comunidades rurais, assentamentos da reforma agrária e organizações ou associações, especialmente mulheres e jovens, mobilizadas e suas capacidades desenvolvidas.	Na área do projeto e fim do projeto: <ul style="list-style-type: none"> 27.000 famílias mobilizadas e com capacidades desenvolvidas; 770 comunidades e assentamentos da reforma agrária com demandas qualificadas sobre programas públicos; 6.000 líderes de comunidades rurais e assentamentos da reforma agrária capacitados. 	<ul style="list-style-type: none"> Estatísticas oficiais; Estudo de base; M&A/RIMS, avaliação final; Informação estatutária e relatórios dos Colegiados Territoriais; Estudos qualitativos e quantitativos, inclusive sobre gênero; Relatórios de supervisão; 	<ul style="list-style-type: none"> Continuidade das políticas públicas e programas que apoiam a redução da pobreza rural
Productos: 2.1 População rural informada sobre programas e políticas públicas 2.2 Organizações beneficiárias do projeto fortalecidas 2.3 Participação das organizações de mulheres fortalecidas 2.4 Capacidades e oportunidades para os jovens melhoradas	<ul style="list-style-type: none"> 500 organizações comunitárias e 27 organizações econômicas com estrutura organizacional, personalidade jurídica e sistemas de governança 300 organizações comunitárias participam em Colegiados Territoriais; 450 grupos de mulheres (incluindo 4.500 mulheres) estabelecidos e operacionais Pelo menos 1.100 jovens com maiores capacidades devido à participação em oportunidades de estudo e capacitação 9 programas de rádio, 6 vídeos, e 12 livretos sobre políticas e programas públicos elaborados, transmitidos e disseminados. 	<ul style="list-style-type: none"> Estatísticas oficiais; Estudo de base; M&A/RIMS, avaliação final; Informação estatutária e relatórios dos Colegiados Territoriais; Estudos qualitativos e quantitativos, inclusive sobre gênero; Relatórios de supervisão; 	<ul style="list-style-type: none"> Continuidade das políticas públicas e programas que apoiam a redução da pobreza rural
Componente 3 – Desenvolvimento sustentável da produção e acesso	Na área do projeto e fim do projeto: <ul style="list-style-type: none"> 27.000 famílias acessam 	<ul style="list-style-type: none"> Estatísticas oficiais; Estudo de base; M&A/RIMS, 	<ul style="list-style-type: none"> Alocação oportuna de recursos da contrapartida Provedores continuam

Descripción resumida	Indicadores básicos de resultados	Medios de verificación	Hipótesis (H) / Riesgos (R)
<p>aos mercados</p> <p>RESULTADO 3: Produção agropecuária sustentável dos agricultores familiares transformada e melhorada</p>	<p>AT e 23.500 acessam investimentos produtivos (10.000 acessam fundos não reembolsáveis e 13.500 acessam crédito), pelo menos 80% aumentam sua produção;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pelo menos 13.500 famílias diversificam seus sistemas produtivos. 	<p>avaliação final;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Informação estatutária e relatórios dos Colegiados Territoriais; • Estudos qualitativos e quantitativos, inclusive sobre gênero; <p>• Relatórios de supervisão;</p>	<p>propícios à entrega serviços de AT</p> <ul style="list-style-type: none"> • Secas no limite aceitável e continuidade de investimentos em acesso a água
<p>Productos:</p> <p>3.1 Novas tecnologias e práticas inovadoras adotadas</p> <p>3.2 Melhor acesso dos beneficiários aos mercados</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Pelo menos 16.200 famílias adotam novas práticas tecnológicas; • Pelo menos 13.500 famílias introduzem pelo menos um novo produto; • 4.500 mulheres, 1.100 jovens, 260 famílias (26 grupos) de comunidades indígenas, e 280 famílias (28 grupos) de comunidades quilombolas realizam novas atividades geradoras de renda; • Pelo menos 10.800 famílias acessam programas de compras públicas (PAA, PNAE); • Pelo menos 2.700 famílias acessam mercados diferenciados (orgânico, comércio justo). 	<ul style="list-style-type: none"> • Estatísticas oficiais; • Estudo de base; M&A/RIMS, avaliação final; • Informação estatutária e relatórios dos Colegiados Territoriais; • Estudos qualitativos e quantitativos, inclusive sobre gênero; <p>• Relatórios de supervisão;</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Alocação oportuna de recursos da contrapartida • Provedores continuam propícios à entrega serviços de AT • Secas no limite aceitável e continuidade de investimentos em acesso a água

Apêndice 3: Summary of key actions to be taken within agreed timeframes

Nº	Atividade	Meta	Prazo
01	Completar a conformação da equipe da UGP e UCT	- 26 profissionais sendo 17 para a UGP e 09 para as UCTs	07/2016
02	Instalar UCT do Alto Serão Alagoano	- Escolher local e alugar imóvel para funcionamento da UCT no estado de AL	07/2016
02	Infraestrutura para UEGP e ULGPs	- Aquisição ou aluguel de veículos para UGP e UCTs - Compra de equipamento e material para UGP e UCTs	07/2016
03	Acordo de PCT com IICA ou outro organismo internacional	- Enviar ao FIDA minuta do Acordo - Assinar o Acordo	12/2015 03/2016
04	Garantir recursos de contrapartida para funcionamento do Projeto	- Fortalecer articulação com SAF e INCRA - Destinar recursos de contrapartida ao Projeto	Todo ano Todo ano
05	Estabelecer comissão de licitação	- Nomear comissão de licitação do Projeto	03/2016
06	Formalizar Comitê Executivo e Comitê Gestor do Projeto	- Com base nas minutas preparadas, formalizar e publicar nomeação do Comitê Executivo e Gestor do Projeto	01/2016
07	Novo Edital 2016	- Preparar e lançar novo edital 2016 para serviço de assessoria técnica em outros territórios não contemplados em 2015	07 /2016
08	Realizar Estudo da Linha de Base –e aprimorar o programa de monitoramento e avaliação (M&A)	- Firmar contrato para o Estudo da Linha de Base; - Concluir aplicação do instrumento no campo; - Processamento dos dados; - Entrega e aprovação do estudo/relatório final da Linha de Base do projeto - Elaboração de plano estratégico de monitoramento com indicadores sócio-produtivos consistentes	06/2016 08/2016 09/2016 10/2016 11/2016
09	Auditoria	- Confirmar trabalhos de auditoria 2014/2015 -Enviar TdR da auditoria ao FIDA	12/2015 12/2015

Apêndice 4: Progressos físicos medidos respecto del POA, con inclusión de los indicadores del RIMS

		Período: 11/08/2014 hasta el 10/11/2015				Acumulativo		Estimación	
Componente/ Subcomponente o Producto	Indicador	Dependencia	POA	Efectivo	%	Efectivo	Objetivo	%	
Objetivo de Desenvolvimento – Contribuir para a redução da pobreza e desigualdade rural no Nordeste Semiárido									
	74.000 famílias rurais na área do projeto beneficiadas com informação sobre políticas públicas; dentre elas, 45.000 com acesso aos mesmos;	Famílias	2.075	2.075	100	2.075	74.000	2,8	
	27.000 famílias beneficiadas por AT aumentam sua produção agrícola em média de 25% no fim do projeto.	Famílias	0	0	-	0	27.000	0	
Componente 1 – Diálogo Sobre Políticas, Articulação de Políticas Públicas e Ampliação de Inovações									
Produto 1.1: Fortalecimento do Funcionamento e eficácia de espaços de articulação de políticas e programas	Aumento de 30% no número de representantes de mulheres e comunidades tradicionais participando dos Colegiados Territoriais.								
Produto 1.2: Metodologias Inovadas e Alternativas de Produção Aperfeiçoadas	24 Sistematizações de experiências ou boas práticas;	Unidade	3	2	67	2	24	8	
	6 Metodologias inovadoras adotadas por órgãos públicos e pelo menos 1 metodologia inovadora adotada por cada projeto cofinanciado pelo FIDA no nordeste.	Unidade	1	1	100	1	6	16	
Produto 1.3: Capacidades técnicas locais de diálogo e articulação de políticas melhoradas	250 provedores de AT com capacidades melhoradas, sendo pelo menos 50% mulheres;	Pessoas	50	50	100	50	250	20	

Componente 2 – Desenvolvimento das capacidades organizacionais

	27.000 famílias mobilizadas e com capacidades desenvolvidas;	Famílias	0	0	-	0	27.000	0
	770 comunidades e assentamentos da reforma agrária com demandas qualificadas sobre programas públicos;	Comunidades	0	0	0	0	770	0
	6.000 líderes de comunidades rurais e assentamentos da reforma agrária capacitados.	Pessoas	0	0	0	0	6.000	0
Produto 2.1: População rural informada sobre programas e políticas públicas	500 organizações comunitárias e 27 organizações econômicas com estrutura organizacional, personalidade jurídica e sistemas de governança;	Organizações	0	0	0	0	527	0
<i>Produto 2.2: Organizações beneficiárias do projeto fortalecidas</i>	300 organizações comunitárias participam em colegiados Territoriais;	Organizações	0	0	0	0	300	0
<i>Produto 2.3: Participação das organizações de mulheres fortalecidas</i>	450 grupos de mulheres (incluindo 4.500 mulheres) estabelecidos e operacionais;	Mulheres	0	0	0	0	450	0
<i>Produto 2.4: Capacidades e oportunidades para os jovens melhoradas</i>	Pelo menos 1.100 jovens com maiores capacidades devido à participação em oportunidades de estudo e capacitação.	Jovens	0	0	0	0	1.100	0
Componente 3 – Desenvolvimento sustentável da produção e acesso aos mercados								
	27.000 famílias acessam AT e 23.500 acessam investimentos produtivos (10.000 acessam fundos não reembolsáveis e 13.500 acessam crédito), pelo menos 80% aumentam sua produção;	Famílias	0	0	0	0	27.000	0
	Pelo menos 13.500 famílias diversificam seus sistemas produtivos.	Famílias	0	0	0	0	13.500	0
<i>Produto 3.1: Novas Tecnologias e Práticas Inovadoras Adotadas</i>	Pelo menos 16.200 famílias adotam novas práticas tecnológicas;	Famílias	0	0	0	0	16.200	0
	Pelo menos 13.500 famílias introduzem pelo menos um novo produto;	Famílias	0	0	0	0	13.500	0

	4.500 mulheres, 1.100 jovens, 260 famílias (26 grupos) de comunidades indígenas, e 280 famílias (28 grupos) de comunidades quilombolas realizam novas atividades geradoras de renda.	Pessoas	0	0	0	0	4.500 mulheres, 1.100 jovens, 260 famílias (26 grupos) de comunidade s indígenas, e 280 famílias (28 grupos) de comunidade s quilombolas	
<i>Produto 3.2: Melhor Acesso dos Beneficiários aos Mercados</i>	Pelo menos 10.800 famílias acessam programas de compras públicas (PAA, PNAE)	Famílias	0	0	0	0	10.800	0
	Pelo menos 2.700 famílias acessam mercados diferenciados (orgânico, comércio justo).	Famílias	0	0	0	0	2.700	0

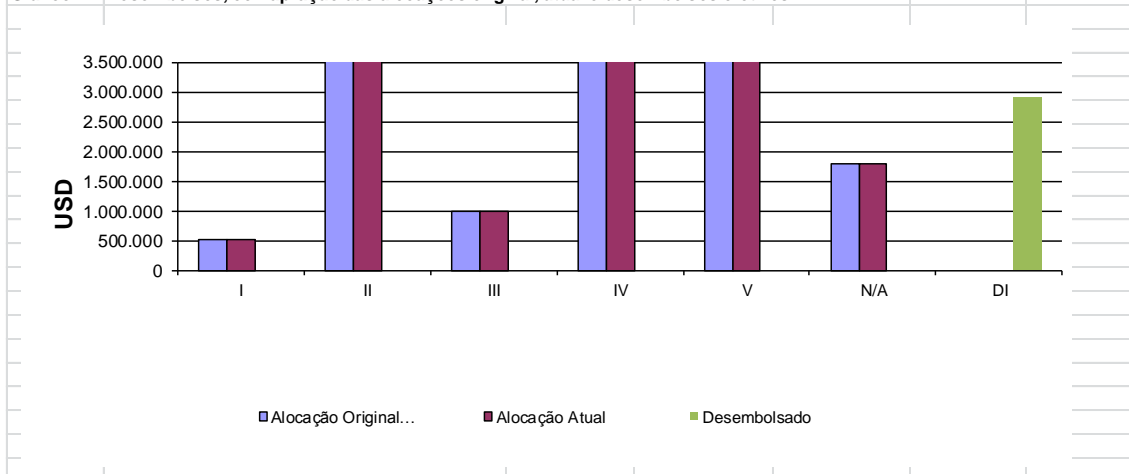
Apêndice 5: Aspectos financeiros: execução financeira efetiva, por financiador e componente, e desembolsos por categoria

Tabela A:		Execução Financeira por financiador			10/11/2015
Financiador	Moeda do contrato	Aprovado (USD equiv)	Atual (USD)	Desembolsado (USD equiv)	% desembolsado
FIDA	SDR 2.000.000	3.000.000,0	3.000.000,0	400.000,00	13%
Fundo Espanhol	EUR 11.360.000	15.000.000,0	15.000.000,0	1.479.529,48	10%
Governo	USD 42.000.000	42.000.000,0	42.000.000,0	1.030.677,56	2%
Total	-	60.000.000,0	60.000.000,0	2.910.207,04	5%
Governo Indireta	USD 40.100.000	40.100.000,0	40.100.000,0	-	0%
Beneficiários	USD 25.168.325	25.168.325,0	25.168.325,0	-	0%
Total 2	-	125.268.325,0	125.268.325,0	2.910.207,04	2%
Fonte: UGP					

Tabela B:		Execução Financeira por financiador e componente (USD)										30/10/2015
Componente	FIDA			Fundo Espanhol			Governo			Total		
	Previsto	Realizado	%	Previsto	Realizado	%	Previsto	Realizado	%	Previsto	Realizado	%
Comp 1: Diálogo, articulação de políticas públicas e disseminação de experiências inovadoras	3.251.696	-	0,0%	650.339	-	0,0%	9.104.749	-	0,0%	13.006.784	-	0,0%
Comp 2: Desenvolvimento de capacidades organizativas	3.433.042	-	0,0%	686.608	-	0,0%	9.612.517	776.504,4	8,1%	13.732.167	776.504,4	5,7%
Comp 3: Desenvolvimento da produção sustentável e acesso a mercados	5.761.886	-		1.152.377	-		16.133.280			23.047.543		
Gerenciamento do Projeto	1.800.000	-	0,0%	360.000	-	0,0%	5.040.000	182.632,75	3,6%	7.200.000	182.632,8	2,5%
Planejamento, monitoramento e avaliação	753.377	-	0,0%	150.675	-	0,0%	2.109.454	-	0,0%	3.013.506		0,0%
Total	15.000.000	-	0,0%	3.000.000	-	0,0%	42.000.000	959.137,2	2,3%	60.000.000	959.137,2	1,6%

Tabela C: Desembolsos por Categorias (USD Equiv)		em 30/10/2015		FIDA		I-2000000436		I-2000000437	
Descrição da Categoria		Alocação Original (USD Equiv)	Alocação Atual	Desembolsado	PR Pendente	Saldo	% Des		
I	Bens, serviços, equipamentos, materiais e insumos	532.342	532.342	0	0	532.342	0%		
II	Oficinas, encontros e capacitação	5.093.556	5.093.556	0	0	5.093.556	0%		
III	Subvenções e subsídios para investimento produtivos	996.866	996.866	0	0	996.866	0%		
IV	Assessoria Técnica e Estudos	4.620.634	4.620.634	0	0	4.620.634	0%		
V	Custos operacionais	4.957.923	4.957.923						
	Não alocado	1.798.680	1.798.680	0	0	1.798.680	0%		
DI	Depósito Inicial			2.910.207	0	-2.910.207			
	Total	18.000.000	18.000.000	2.910.207	0	10.131.870	16%		

Gráfico 1: Desembolsos, comparação das alocações original, atual e desembolsos efetivos



		em 30/10/2015				FIDA	I-2000000436	
	Descrição da Categoria	Alocação Original (USD Equiv)	Alocação na moeda do contrato (SDR)	Alocação Atual	Desembolsado	PR Pendente	Saldo	% Des
I	Bens, serviços, equipamentos, materiais e insumos	90.000	60.000	60.000	0	0	60.000	0%
II	Oficinas , encontros e capacitação	855.000	570.000	570.000	0	0	570.000	0%
III	Subvenções e subsídios para investimento produtivos	165.000	110.000	110.000	0	0	110.000	0%
IV	Assessoria Técnica e Estudos	765.000	510.000	510.000	0	0	510.000	0%
V	Custos operacionais	825.000	550.000	550.000	0	0	550.000	0%
	Não alocado	300.000	200.000	200.000	0	0	200.000	0%
DI	Depósito Inicial				282.221	0	-282.221	
	Total	3.000.000	2.000.000	2.000.000	282.221	0	1.167.779	14%

		em 30/10/2015				FIDA/F Esp.	I-2000000437	
	Descrição da Categoria	Alocação Original (USD Equiv)	Alocação na moeda do contrato (EUR)	Alocação Atual	Desembolsado	PR Pendente	Saldo	% Des
I	Bens, serviços, equipamentos, materiais e insumos	442.342	335.000	335.000	0	0	335.000	0%
II	Oficinas , encontros e capacitação	4.238.556	3.210.000	3.210.000	0	0	3.210.000	0%
III	Subvenções e subsídios para investimento produtivos	831.866	630.000	630.000	0	0	630.000	0%
IV	Assessoria Técnica e Estudos	3.855.634	2.920.000	2.920.000	0	0	2.920.000	0%
V	Custos operacionais	4.132.923	3.130.000	3.130.000	0	0	3.130.000	0%
	Não alocado	1.498.680	1.135.000	1.135.000	0	0	1.135.000	0%
DI	Depósito Inicial				1.300.000	0	-1.300.000	
	Total	15.000.000	11.360.000	11.360.000	1.300.000	0	10.060.000	11%

Adjunto 1 – Sinopsis de la evaluación del riesgo fiduciario de los programas²

Projeto N. I-2000000436/437-BR – Projeto Dom Helder Câmara II- PDHC II

Organismo de execução: Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA

	Avaliação dos Riscos E/M/B	Medida corretiva proposta
Risco inerente		
Riscos controláveis		
1. Organização e dotação de pessoal	E	Nomear postos e contratar pessoal UGP
2. Planejamento	B	Acompanhamento trimestral do POA
3. Fluxo de fundos e disposições sobre desembolsos	B	Realizar conciliações mensais. Assimilar o novo procedimento no âmbito do Governo Federal
4. Controles internos	M	Contratar pessoal; elaborar MGF e prover sistema contábil complementar
5. Contabilidade	B	Atualizar sistema contábil complementar para geração de relatórios
6. Apresentação de relatórios financeiros e acompanhamento	M	Manter sistema contábil atualizado e observar prazo de envio dos relatórios
7. Auditoria interna	M	Contratação do Pessoal elaboração do MGF
8. Auditoria externa	B	
Risco fiduciário geral do Projeto	M	
E=elevado, M=médio, B=baixo		
Observações: O Projeto até o momento da missão não possuía seus quadros pessoal completos, especialmente os de gestão financeira, o que afeta toda a estrutura de Gestão Financeira. O projeto possui software contábil que precisa de uma atualização; O Manual de Gestão Financeira precisa ser complementado. O orçamento e recursos financeiros estão disponíveis. Auditoria será realizada pelo órgão federal de Auditoria que possui larga experiência.		

² Se trata de un resumen del Apêndice 2.

Adjunto 2 – Evaluación de la gestión financiera durante la supervisión

Avaliação da Gestão Financeira durante a supervisão – Questionário de orientação

País: BRASIL	Número do empréstimo: I-2000000436 T-2000000437
Nome do Projeto: Projeto Dom Helder Câmara II	
Organismo de execução: MDA/SDT	GPP: Paolo Silveri
Oficial de Finanças/Especialista em Gestão Financeira encarregado do exame: Dario Rimedio/ Danilo Pisani	Data do exame: 13/11/2015

Tema		Qualificação do Risco E/M/B	Questões/ Observações/ Recomendações
A. Riscos inerentes			
B. Riscos controláveis			
1. Organização e dotação de pessoal			
a.	Adequação da estrutura orgânica para satisfazer as necessidades funcionais do projeto	E	Pessoal nomeado insuficiente. Falta contratar toda equipe UGP
b.	Existência de descrições claras dos postos de trabalho dos cargos chave do Projeto, incluindo os fiduciários	B	Atualização MOP/MGF
c.	Adequação do pessoal encarregado da gestão financeira do Projeto (quantidade e competências), conforme as necessidades funcionais do Projeto	E	Apenas 2 profissionais
d.	Existência e adequação de manuais e diretrizes de atuação destinados ao pessoal	B	
e.	Existência de um sistema de avaliação baseado no desempenho e realização pontual da avaliação do desempenho de todo o pessoal	B	Foi solicitado incluir no MGF
f.	Adequação da cobertura do seguro médico de todo o pessoal (se procede)	B	Sistema Governamental único de Saúde
g.	Pagamento pontual das contribuições a seguridade social (se procede)	B	
h.	Pessoal corretamente informado da política nacional e do FIDA acerca da anticorrupção e quem contatar a este respeito	B	
2 – Planejamento			
a.	Preparação e aprovação pontuais do plano operativo anual (POA)	M	Falta de Pessoal
b.	Concordância do POA com as categorias de gastos do Apêndice 2 do contrato de financiamento	B	
c.	Se são identificadas as fontes de financiamento e os organismos de execução de cada categoria do POA	B	
d.	Se são identificadas as vinculações entre o POA e o plano de aquisições e contratações (no tocante ao cálculo dos custos e atividades). Há controle com a estimativa de custos realizada previamente e assim como com os artigos de valor elevado	B	

3. Fluxo de Fundos e disposições sobre desembolsos			
a.	Pontualidade no desembolso dos fundos pelas diversas fontes (e do recursos de cofinanciadores, se procede)	B	Houve atraso no início , já superado
b.	Pontualidade no desembolso dos fundos de contrapartida	M	Situação macroeconômica do País pode afetar
c.	Eficiência dos canais de financiamento. Pontualidade e rastreabilidade dos fluxos de fundos	B	
d.	Eficiência dos canais de financiamento das linhas de crédito. Pontualidade e rastreabilidade dos fluxos de fundos, se procede	N/A	
e.	Gestão da(s) conta(s) operativa(s), conta(s) designada(s), desembolsos		
	i) Adequação da alocação autorizada para assegurar a fluidez do fluxo de fundos	M	Procedimentos novos no âmbito do Governo Federal
	ii) Correção dos métodos empregados para fazer os desembolsos	B	
	iii) Adequação do respaldo documental das declarações de gastos, reembolsos, pagamentos diretos e compromissos especiais.	B	
	iv) Preparação pontual e exatidão dos Pedidos de Saque	B	
	v) Autorização dos Pedidos de Saque	B	
	vi) Situação dos fundos retirados da conta designada para cobrir gastos cuja reposição ainda não foi solicitado (senhalação de casos antigos)	B	
	vii) Regularidade do monitoramento da(s) conta(s) designada(s)/operativa(s) e as conciliações mensais assinadas pelo gerente financeiro/projeto. Examina-se e avaliam-se as conciliações.	M	UGP não realizava conciliações mensais CD. Apenas C Operativa
	viii) Comparação do desembolsado com o POA e análise se a taxa de desembolso é satisfatória tendo em conta o tempo de execução restante. Formular observações, se procede	E	Execução do POA baixa (20%) Atraso inicial.
	ix) Recuperação dos saldos da(s) conta(s) designada(s) dentro do fechamento do empréstimo	N/A	
4. Controles Internos			
a.	Segregação de funções. Estão em diferentes unidades ou em pessoas distintas as seguintes responsabilidades operativas: i) a autorização de uma transação; ii) a execução de uma transação; iii) o registro da transação, e iv) a custódia dos bens objeto da transação	E	Apenas 2 postos detém os poderes para estas transações
b.	A clareza e a adequação dos processos de decisão e a sequência de eventos das funções permite controle na execução do Projeto e reflete-se no manual financeiro (ou seu equivalente)	M	Necessita atualizar
c.	Observância do manual financeiro	M	Necessita atualizar
d.	Eficácia e eficiência dos controles internos das entradas de fundos não procedentes do FIDA	B	
e.	Adequação da gestão dos contratos (manutenção de registro de contratos e de formulário de acompanhamento) e de seu arquivo	B	
f.	Eficácia e eficiência dos controles internos dos gastos (ciclo completo: compromisso, pagamento, recepção de bens e serviços, aprovação de pagamanetos, qualificação, etc.)	B	

g.	Documentos justificativos que confirmem a entrega e aceitação dos bens, obras ou serviços contratados	B	
h.	Controles físicos do dinheiro em caixa, documentos e registros. Adequação dos sistemas de arquivo. Se efetuam conciliações mensais da caixa pequeno (suprimento de fundos) e arquivos sorpresivos? Custódia do Caixa pequeno e controle das recursos	N/A	
i.	Adequação da gestão eficaz do material (gestão patrimonial)	B	
j.	Pagamento pontual aos provedores e consultores	M	Atraso no início do projeto, já superado
k.	Legitimidade dos gastos com respeito aos convenios de financiamento	B	
l.	Legalidade/legitimidade dos adiantamento de fundos do Projeto e justificação pontual de sua utilização	B	
m.	Cumprimento das Cláusulas sobre gestão financeira do Contrato de Financiamento e da Carta ao Mutuário	M	Vide anexo 6
n.	Adequação da manutenção de registros atualizados dos ativos fixos com os existentes.	B	Sem ativos
o.	Adequação dos controles dos ativos do Projeto, com inclusão de: i) gestão dos veículos e de outros ativos (estão devidamente etiquetados o marcados os ativos, se efetuam regularmente um inventário físico das existências?); ii) gestão de combustíveis (os motoristas possuem um caderno de registro?), e iii) as autorizações de viagens (incluídos as diárias pagas ao pessoal)	B	
p.	Adequação do seguro dos veículos e os ativos (asseguráveis)	E	Não previsão de recursos
q.	Oficinas/ seminários: i) disponibilidade a lista dos participantes; ii) diárias pagas aos participantes, e iii) recibos dos gastos das oficinas/ seminários	N/A	
r.	Adequação dos controles e do processo de autorização para o emprego dos fundos (pagamentos, transferências, gestão do caixa/saldo bancário) e outras contas operacionais – conta não designada	B	
s.	Arranjos e controles bancários (conciliação dos extratos bancários com as contas financeiras)	M	UGP não solicita mensalmente extratos
t.	Existência de uma unidade de apoio adequada de tecnologia da informação	M	Falta contratar
5. Contabilidade			
a.	Regime da contabilidade (caixa, competência) e controle sobre se as normas contábeis estão em consonância com os requisitos do FIDA (por exemplo, NIIF/IPSAS 1, apresentação de demonstrativos financeiros/IPSAS 2 demonstrativo de fluxo).	B	Caixa
b.	Adequação e confiabilidade do sistema contábil (Se emprega a contabilidade por partida dobrada?; especificar o software que se utiliza. Se registram os dados orçamentários no sistema contábil? Pode produzir os relatórios financeiros periódicos de forma automática com o software?)	M	Sistema governamental confiável. Sistema completo, precisa de atualização

c.	Manutenção de registros (com inclusão da documentação e do arquivo)	B	
d.	Manutenção e conciliação do registro dos ativos fixos (controle físico e por amostragem)	B	Inventários anuais e sistema de controle patrimonial
d.	Documentação e controles adequados dos sistemas de informação, com inclusão dos procedimentos contábeis documentados, a segurança na replicação dos registros financeiros e a integração de todos os subsistemas	M	Não contabiliza gastos de contrapartida que não são em cash
e.	Adequação do plano de contas a efeitos da contabilidade do Projeto	B	
f.	Pontualidade no registro das transações, regularidade da realização e aprovação das conciliações, controles de registros errados	B	
g.	Contabilização correta das contribuições de fundos de contrapartida (como impostos e isenções fiscais), assim como daquelas dos beneficiários, e apropriada apresentação de relatórios a respeito.	B	
6. Apresentação de relatórios financeiros e acompanhamento			
a.	Exaustividade, exatidão, utilidade e pontualidade dos relatórios financeiros	M	entregues com atraso
b.	Relatórios periódicos da gestão financeira e sua vinculação com os relatórios de progresso do Projeto - preparação e apresentação ao FIDA nos tempos oportunos	M	entregues com atraso
c.	Preparação de relatórios que mostrem os ingressos e gastos reais e orçados e a taxa de execução do POA	B	
d.	Acompanhamento das recomendações sobre questões fiduciárias de ajudas memorias anteriores	N/A	
e.	Alinhamento razoável entre a taxa de desembolso das categorias de gastos recorrentes frente aos gastos dos investimentos	M	4% apenas no 1º ano
7. Auditoria Interna			
a.	Existência de disposições sobre auditoria interna	M	Estrutura ainda incipiente – Falta MGF
b.	Adequação das disposições sobre auditoria interna (organização - capacidade do pessoal)	M	Falta contratação do pessoal
c.	Adequação do escopo do trabalho e da qualidade dos relatórios de auditoria interna	M	
d.	Avaliação das questões dispostas nos relatórios de auditoria	M	
8. Auditoria Externa			
a.	Adequação do escopo e do trabalho	N/A	1ª auditoria externa somente em 2016
b.	Cumprimento dos trabalhos	B	A ser realizada pela CGU (Audit Supreme)
c.	Pontualidade do relatório de auditoria	N/A	
d.	Qualidade da Auditoria	N/A	
e.	Implementação das recomendações de auditoria/e plano de ação acordado para fazê-lo	N/A	

Apêndice 6: Cumprimento das cláusulas legais: estado de implementação em 13/11/2015

Cláusulas do Contrato de Empréstimo

Sección	Cláusula	Data prevista	Situação/Data do cumprimento	Observações
Seção B, 7	Conta Operativa. O mutuário deverá ter uma Conta Operativa e a partir daí manter em um banco comercial aceito pelo Fundo, para recebimentos dos fundos do empréstimo e Contrapartida	permanente	Cumprido (com exceção)	O Projeto possui a conta operativa e utiliza também a conta única do tesouro para pagamentos dos fundos da contrapartida
Seção B, 8	Conta Designada. O mutuário deverá abrir a Conta Designada e manter em nome do mutuário.	permanente	Cumprido 31/10/2014	As Contas Designadas foram abertas no Banco do Brasil
Seção B, 9	Contrapartida. Durante o período de execução do projeto, o mutuário deverá prover fundos de contrapartida oriundas de seus próprios recursos em um montante de US\$ 42,000,000.	anualmente	cumprido	Executado: USD 959.137,20 (R\$ 3 MI) Orçamento 2015: R\$ 8 milhões Previsão 2016: R\$ 8,275 milhões
Seção C, 1	Agência Líder. A responsabilidade pela execução do projeto é exercida pelo MDA	anualmente	cumprido	A UGP foi estabelecida por meio da Port MDA nr 73 de 23/out/14 . art 1º
Seção E, 1	Manual de Implementação/Operações do Projeto. O MIP/MOP não foi desconsiderado, suspenso, cancelado, alterado ou modificado sem a devida anuência do Fundo.	permanente	Cumprido	
Seção E, 2	Condições de Desembolso. As condições específicas para desembolsos foram cumpridas	No início do projeto	cumprido	
Anexo 1, II, 2	Agência Executora. A Agência Executora é a SDT.	permanente	cumprido	Port MDA nr 73 de 23/out/14
Anexo 1, II, 3	Estrutura da UGP. A UGP foi estabelecida, em Recife e seu Coordenador foi indicado e o pessoal-chave foi contratado. 9 Unidades Territoriais estabelecidas.	permanente	Parcialmente cumprido	Port MDA nr 73 de 23/out/14 art. 1 Pessoal chave não disponibilizado
Anexo 1, II, 4	Comitê Executivo. O Comitê está estabelecido e operante	permanente	Parcialmente cumprido	Port MDA nr 73 de 23/out/14 . art 2 Membros não designados e reuniões não realizadas.
Anexo 1, II, 5	Comitê Gestor. O Comitê está estabelecido e operante com pelo menos uma reunião anual	permanente	Parcialmente cumprido	Port MDA nr 73 de 23/out/14 . art 3 Membros não designados e reuniões não realizadas. Sem previsão em 2015

Sección	Cláusula	Data prevista	Situação/Data do cumprimento	Observações
Anexo 1, II, 4	Comitês Territoriais: Estão constituídos e operacionais. Aprovam o a sua parte no POA	permanente	Em cumprimento	Atividades de campo ainda incipientes
Anexo 1, II, 16	MIP. O Projeto tem sido executado conforme o MIP. Este está elaborado e possui todas as informações estabelecidas no acordó.	permanente	cumprido	Necessita complementação de anexos e procedimentos financeiros
Anexo 2, 1	Gastos Admissíveis. Os Gastos Admissíveis tem sido financiadas nos montantes, porcentagens e definições conforme indicadas no Anexo 2 do contrato de empréstimo	permanente	N/A	Não realizados gastos do financiamento

Cláusulas das Condições Gerais

Seção	Cláusula	Data prevista	Situação/Data do cumprimento	Observações
Seção 4.02, b) das CG	Pre-requisitos de Saque. Nenhum saque será efetuado sem a aprovação do primeiro POA e de todas as condições especificadas no Contrato de Empréstimo	anualmente	cumprido	
Seção 4.04, b) das CG	Carta de Assinaturas. Envio da Carta de Assinaturas para solicitação de Pedidos de Saque	anualmente	Cumprido*	Ofício 12/SDT/MDA 13/01/2015. *É necessário atualizar
Seção 4.04, c) das CG	Documentos de justificação. Apresentação dos documentos e meios de comprovação exigida junto aos Pedidos de Saque	anualmente	Não Aplicável	Não houve movimentações no período
Seção 4.04, d) das CG	Conta Designada. O mutuário devera abrir e a partir daí manter em um banco comercial proposto pelo Mutuário e aceito pelo Fundo.	Início do projeto	cumprido	Contas (Dólar e Euro) abertas no BB
Seção 4.08, a) das CG	Os Gastos Admissíveis tem sido financiadas: i) sobre custos razoáveis e contratados conforme Diretrizes do FIDA; ii) Durante o período de execução do projeto, salvo os gastos de encerramento que poderão ser efetuados após a data de conclusão e antes do encerramento; iii) Por partícipe do Projeto; iv) Realizada até o montante e a porcentagem indicada no Contrato de Empréstimo;	anualmente	cumprido	Gastos realizados com fonte exclusiva da contrapartida.

Seção	Cláusula	Data prevista	Situação/Data do cumprimento	Observações
Seção 4.08, c) e d) das CG	Os Gastos Admissíveis não tem sido financiadas para pagamentos a pessoas ou empresas oriundos de países com restrições definidas em uma decisão do Conselho de Segurança da ONU. ou à empresas ou pessoas cujos bens e serviços foram constituintes de corrupção, fraude ou prática coeclitiva ou colusória por parte de representantes do Mutuário ou fornecedoras de países com restrições de uma decisão do Conselho de Segurança da ONU	anualmente	Não Aplicável	Não houve movimentação com recurso do empréstimo
Seção 7.01, b) (ii) das CG	Plano Operativo Anual. Antes de cada ano do projeto, a UGP deverá , se necessário, apresentar a minuta do POA ao órgão de supervisão designado pelo mutuário para a sua revisão . Após a revisão A UGP deverá apresentar a minuta do POA ao Fundo para comentários.A UGP deverá adotar o POA na forma aceita pelo Fundo.	anualmente	Cumprido Com exceção	POA 2016 apresentado na missão. Sem apreciação do Comitê Gestor
Seção 7.05 das CG	Aquisições e contratações em conformidade com as normas do FIDA e Carta ao Mutuário	anualmente	Não Aplicável	Não houve movimentação com recurso do empréstimo
Seção 7.06 das CG	Uso de bens e serviços. Bens, serviços e instalações são utilizados exclusivamente para os fins do Projeto	anualmente	cumprido	
Seção 7.07 das CG	Manutenção. Instalações e obras em condições de manutenção aceitáveis	anualmente	cumprido	
Seção 7.08 das CG	Seguros. a) A UGP mantém segurados os bens adquiridos e instalações utilizadas contra riscos e em valores compatíveis e b) bens importados contra riscos durante a aquisição, transporte e entrega até o lugar em que este seja utilizado ou instalados	anualmente	cumprido	
Seção 7.11 das CG	Pessoal-chave do Projeto. O mutuário designará o Diretor e pessoal-chave do Projeto na forma especificada no Contrato de Empréstimo, com qualificações e experiencia adequadas aprovadas pelo Fundo, mantê-los durante todo o período de execução do Projeto, e assegurados contra riscos de saúde e acidentes nos termos das práticas da administração pública nacional.	anualmente	Parcialmente cumprido	Apenas o Diretor e o Gerente administrativo Falta nomear o Coordenador de Planejamento M&A e Gerente Financeiro Falta contrtar toda a equipe complementar da UGP
Seção 8.01 das CG	Registros e documentação. Os registros e documentação são adequados, refletem as operações relativas à execução do Projeto, e são mantidos arquivados em instalações adequadas.	anualmente	cumprido	

Seção	Cláusula	Data prevista	Situação/Data do cumprimento	Observações
Seção 8.02 a) das CG	Sistema de Gestão de Informações adequado, satisfatório e operacional em conformidade com as Diretrizes de Avaliação de Projetos do FIDA	Início do projeto	Cumprido com exceção	O Sistema governamental SIAFI permite a contabilização segregada dos recursos. Contudo a extração de relatórios de prestação de contas ao FIDA necessita de um sistema complementar.
Seção 8.03 a) das CG	Relatórios de Progresso. O mutuário enviará periodicamente (semestral) o respectivo relatório com conteúdo adequado.	Semestral até 45 dias após	Cumprido com exceção	O Relatório de Progresso do 1º semestre foi entregue em 02/09/2015
Seção 8.03 b) das CG	Revisão de Meio Período. O mutuário junto ao FIDA realizam um revisão de meio período.	No terceiro ano do projeto	Não se Aplica	Previsto para 2017/18
Seção 8.04 das CG	Relatório de Conclusão do Projeto. O mutuário enviará semestralmente o respectivo relatório com conteúdo adequado.	No sexto ano de projeto	Não se Aplica	Previsto para 2021
Seção 9.01 das CG	Registros Financeiros. Os executores utilizarão contas e registros específicas e adequados para refletir de forma segregada, as operações, recursos e gastos relativos ao Projeto	anualmente	Cumprido com exceção	*Os registros preterem a contrapartida adicional
Seção 9.01 das CG	Demonstrações Financeiras. O mutuário deverá elaborar as demonstrações financeiras das operações, recursos e despesas relativas ao projeto a cada exercício fiscal, apresentando essas demonstrações financeiras ao Fundo no prazo de quatro meses contados do final desse período.	Anualmente	Não cumprido	Entrega de 30/04/2015
Seção 9.03 a) das CG	Auditoria das Contas. O mutuário fará com que as demonstrações financeiras relacionadas ao Projeto sejam auditadas a cada exercício fiscal por Auditores Independentes aceitáveis ao Fundo de acordo com as Diretrizes do FIDA para auditoria de projetos, de uso dos mutuários.	Anualmente	Não se Aplica	As contas de 2014 serão incorporadas ao exercício de 2015 para serem auditadas conjuntamente em 2016.
Seção 9.03 b) das CG	Relatório de Auditoria. O mutuário deverá enviar uma cópia certificada do respectivo relatório ao Fundo e dentro do prazo de seis meses do final da cada exercício fiscal. Submeterá também ao Fundo a resposta à Carta Gerencial emitida pelos auditores, dentro de um mês após recebe-la.	anualmente	Não se Aplica	A CGU irá realizar a auditoria.
Seção 9.04 a) das CG	Outros Relatórios Financeiros/Técnicos. O mutuário enviará ao Fundo prontamente os demais relatórios que o Fundo razoavelmente solicite sobre qualquer assunto financeiro relacionado ao Projeto	anualmente	Não cumprido	Relatórios Semestrais Financeiros
Seção 10.03 das CG	Avaliações. O Mutuário e cada parte do Projeto deverão facilitar todas as avaliações e análises de Projeto que o Fundo possa eventualmente realizar durante a execução do projeto, e durante dez anos após essa data.	anualmente	cumprido	

Republica Federativa do Brasil

Projeto de Articulação e diálogo sobre políticas para reduzir a pobreza e desigualdade no Nordeste Semiárido – Projeto Dom Helder Câmara (segunda fase)

Relatório de supervisão: 10 – 16 Novembro de 2015

Apêndice 6: Cumprimento das cláusulas legais: estado de implementação em 13/11/2015
